

Violência doméstica: o que as empresas podem fazer para proteger suas funcionárias

Relatório internacional afirma que mulheres precisam de um lugar seguro fora de casa, além de condições econômicas para saírem do ciclo violento. Apoio das companhias é crucial e já faz parte da legislação de alguns países

[\(O Globo | 04/07/2020 | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

O aumento global nos casos de violência doméstica durante a quarentena necessária para conter o novo coronavírus evidenciou que as empresas precisam fazer mais para proteger as vítimas e as ajudar a reconstruir suas vidas. Essa é conclusão de um relatório divulgado essa semana pela organização Led By HER, que ajuda mulheres vítimas de violência a reconstruírem suas carreiras.

As empresas devem oferecer às mulheres vítimas de violência um trabalho flexível e licenças extra para que elas possam mudar de casa e resolver os cuidados com seus filhos, além de reconsiderarem transferirem essas mulheres para localidades distantes de seus abusadores para que elas estejam seguras, afirma o relatório.

É crucial que vítimas de abuso doméstico não percam seus empregos porque isso pode deixá-las presas a situações violentas, acrescenta Chiara Condi, fundadora da Led by HER. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), quase um terço das mulheres do mundo já experimentaram violência de seus parceiros.

O relatório pede ação para lidar com o aumento “horroroso” do abuso doméstico ocorrido durante a pandemia e exacerbado pelas dificuldades econômicas e restrições da quarentena, que deixaram muitas mulheres isoladas em casa com seus parceiros abusadores.

A violência doméstica costuma ter um impacto no desempenho das vítimas no

trabalho, as faz faltar e até interrompe suas carreiras, explica o relatório feito pela Led by HER com a Fundação Kering, que trabalha para combater a violência contra as mulheres. Mas o local de trabalho pode ser um santuário e uma corda de segurança para vítimas de violência doméstica.

“Pode se segurar no trabalho e ter um empregador que entenda a situação é muito importante. Se a violência doméstica impacta o desempenho de uma mulher em seu trabalho e ela é demitida, caíra em uma precariedade econômica ainda maior, que tornará ainda mais difícil para ela deixar o ciclo da violência doméstica”, afirma Condi.

Vítimas de violência doméstica são mais propensas ao trabalho informal ou a trabalhar em meio expediente, e sua renda é até 60% menor do que a das outras mulheres, afirma o relatório realizado com apoio da firma de advocacia Dentons e a Fundação Thomson Reuters. Condi diz que as empresas precisam criar um ambiente de confiança onde as funcionárias podem falar em completa confidencialidade sobre esses temas, sem o medo de estigmas ou repercussões negativas.

“A violência doméstica cresceu muito por causa da pandemia de Covid-19, então mais companhias terão que considerar o que farão para as funcionárias que foram afetadas”, acrescenta Condi.

Com a flexibilização do isolamento social em muitos países, Condi sugere que as empresas cujas equipes estão em home office priorizem o retorno das vítimas de violência aos escritórios. O relatório pede aos governos para proporem legislação que obriga as empresas a salvaguardar as mulheres vítimas de violência doméstica.

Austrália, Nova Zelândia, Itália e a província de Ontário, no Canadá, possuem proteções para vítimas de violência doméstica como trabalho flexível e licença paga ou não. A Austrália também protege as mulheres da demissão injusta. Ontário obriga os empregadores a conscientizar seus funcionários sobre a violência doméstica e a proteger ativamente as vítimas. Medidas de segurança podem incluir rastrear as chamadas e os emails das vítimas, oferecer condução entre a casa e o local de trabalho ou estacionamento perto da entrada, e transferência para outro trabalho.

“Tornar o local de trabalho o mais seguro possível e assegurar que a funcionária tenha um local onde se sinta segura é crucial. As medidas tomadas pelos empregadores podem ser cruciais para que a mulher transfrome sua situação a longo prazo”, ensina o relatório.